

O debate sobre segurança pública e a disputa pelo território



Sidney Amaral (Brazil), *Mãe Preta ou A Fúria de Iansã* [Black Mother or the Fury of Iansã], 2014.

Saudações do escritório de Nuestra América do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Há uma guerra longa, silenciosa e lucrativa em curso em Nuestra América: **a guerra contra os pobres**. Embora mudem os uniformes, as doutrinas ou os *slogans* — que vão desde “pacificação” até “linha dura” ou “tolerância zero” —, seja sob o escudo da “**guerra às drogas**” ou da “guerra contra o crime”, a guerra produzida pela desigualdade da ordem econômica dominante é travada para criminalizar a pobreza ao mesmo que tempo que serve para aterrorizar a população.

A “**Maré Furiosa**” que nos últimos tempos avançou sobre os governos da América Latina teve como um de

seus focos combater a crise de segurança percebida em toda a região. Em sua estratégia de desmoralização do progressismo latino-americano, a nova direita apresenta as forças de esquerda como ineficientes e incapazes — e até cúmplices — da criminalidade. Com frequência, no debate político, utiliza-se de pesquisas que revelam a segurança pública como uma das principais preocupações do eleitorado da região; essa seria uma das razões pela qual a população estaria preferindo governos que prometem linha dura e implacável contra a criminalidade. Não surpreende, nesse sentido, que mesmo sendo as mais afetadas por políticas de criminalização da pobreza, as pessoas se manifestem a favor do combate ao crime via aumento do processo repressivo. Segundo pesquisa da AtlasIntel, por exemplo, **62%** dos próprios habitantes do Rio de Janeiro apoiaram uma operação policial que deixou 121 vítimas no último mês de outubro. De Kast a Keiko Fujimori, as **campanhas da direita** destacaram o combate à violência entre suas prioridades. O próprio presidente uruguaio, Yamandú Orsi, **afirmou em entrevista** que 50% dos eleitores da Frente Ampla também simpatizam com o presidente salvadorenho Nayib Bukele. “A direita tomou a bandeira da segurança, que é um direito humano, e a monopolizou por muito tempo”, acrescentou.

Atualmente, o grande aparato midiático nos apresenta o chamado “**modelo Bukele**” como a fórmula mais eficaz para combater a insegurança e o crime organizado. No entanto, uma análise mais profunda nos leva a perguntar: a quem serve esta política e sobre quais corpos ela é edificada? Bukele **construiu um sistema** por meio de uma política de desmonte do Estado e de precarização social amparada na prorrogação indefinida de um Estado de Exceção. Em El Salvador, a maior taxa de encarceramento do mundo, com 1.650 pessoas presas para cada 100 mil habitantes, criminaliza-se a infância por meio da redução da idade penal, realizam-se julgamentos coletivos e encarceramentos em massa e persegue-se pensamentos políticos diferentes, como no caso do defensor dos direitos humanos **Fidel Zavala**.

Entre os números que Bukele esconde, porém, estão o crescimento da pobreza para 9,6% e os 10 mil estudantes que abandonaram os estudos.

Isso demonstra que tanto a insegurança que persiste quanto essa ilusão de ordem e segurança acabam atingindo com mais força quem vive nas periferias — pessoas que, ainda assim, orientaram seus votos para soluções tangíveis diante dos discursos mais conciliadores e sociológicos da esquerda regional. Segundo pesquisa da CB Consultora de abril de 2026, Bukele lidera a popularidade regional com 70,1% de imagem positiva, enquanto Lula da Silva tem cerca de 48,4% de apoio e 49,1% de rejeição, e Gustavo Petro alcança apenas 38,2% de aprovação. O próprio Lula viu-se obrigado, em sua campanha, a apresentar um plano contra o crime organizado prometendo padrões de segurança máxima nas prisões.



Rosa Mena Valenzuela (El Salvador), *Calles* [Streets], 1983. MARTE Collection.

Esse “autoritarismo pop” que cultiva medos, esconde, por trás de sua repressão e propaganda, sua incapacidade de resolver a desigualdade estrutural que conduz à pobreza e, em alguns casos, à própria criminalidade. Vende-se como um modelo para o qual não existe alternativa, e a geração de lideranças da Maré Furiosa que busca restaurar um domínio colonial sobre toda a região soma-se obedientemente ao chamado Escudo das Américas, liderado pelos Estados Unidos como solução para a criminalidade. Mas acontece que existem alternativas.

Recentemente, a cientista política Viri Ríos, do Mexico Decoded, assinalou que o governo progressista de Claudia Sheinbaum vem construindo uma proposta diferente. Em apenas 18 meses, a taxa diária de homicídios caiu 41%, embora sua população seja 20 vezes maior que a de El Salvador e os desafios de segurança no México vão além das gangues e organizações criminosas, incluindo o grande crime organizado transnacional e os cartéis de drogas. Sem implementar um Estado de Exceção, a população carcerária mexicana aumentou 11% após a mudança de sua política de segurança.

A chave, destaca Ríos, é que a estratégia não evita confrontar diretamente as fontes do crime, abandonando tanto a política de decapitação dos cartéis — que nos seis anos anteriores disparou exponencialmente a violência — quanto a abordagem de baixa confrontação que predominou entre 2018 e 2024. A política mexicana ataca diretamente as causas materiais da criminalidade: busca, em primeiro lugar, frear as fontes de financiamento do crime, enfrentando nacionalmente problemas de acordo com a realidade territorial: combate ao contrabando de combustível nas zonas petrolíferas, supervisão dos pontos alfandegários nas regiões de fronteira, combate à extorsão no campo e assim por diante. Ríos reconhece que no México persistem problemas estruturais como a corrupção, mas assinala que, apesar de suas limitações, o país está conseguindo reduzir a criminalidade por meio de uma política que não recorre à violência desenfreada de Bukele.

Outra experiência de esquerda que vale a pena estudar é a da Grande Missão Quadrantes de Paz, na Venezuela. Aqui surge outra chave conceitual decisiva: a territorialização da segurança sob uma lógica preventiva e de trabalho conjunto entre a comunidade e as forças policiais, em vez da lógica carcerária. Segundo dados oficiais, a taxa de homicídios passou de 56 por 100 mil habitantes em 2016 para cerca de 4 em 2024. No final de 2025, as autoridades relataram uma redução de mais de 25% dos assassinatos em relação ao ano anterior.

O que o modelo dos Quadrantes de Paz propõe é que uma política de segurança construída com participação comunitária organizada, a partir do bairro onde vive a classe trabalhadora — e não contra ela, como no modelo Bukele — pode gerar resultados efetivos. Pode servir de orientação para a esquerda, já que vincular a segurança à construção do poder popular no território é mais eficaz do que a punição.



Vlady (Mexico), *Mecanismo Carcelario* [Prison Mechanism], (1958-1959).

As forças populares que, nos próximos anos, quiserem disputar o campo eleitoral devem estudar

profundamente essas soluções e também construir suas próprias propostas. Em primeiro lugar, o tema da segurança não pode ser ignorado, porque não se trata de um capricho da elite, mas de uma preocupação real da população trabalhadora, ainda que, em alguns casos, a construção de narrativas ultraconservadoras busque aterrorizar a população exagerando as condições de criminalidade em nossos países. A segurança também deve ser assumida como um direito da população trabalhadora, e deve-se reconhecer sua dupla vulnerabilidade pelo fato de ser atacada tanto pela criminalidade quanto por políticas reacionárias de repressão.

Em segundo lugar, devemos nos perguntar qual é a institucionalidade concreta que um governo popular deve construir e financiar no âmbito da segurança pública — uma maior profissionalização das forças de investigação e segurança? O combate direto às fontes de financiamento do crime e aos escalões intermediários que o operam? A construção de uma agenda de trabalho entre a comunidade e as autoridades no território baseado no respeito e na colaboração, e não na perseguição?

Em terceiro lugar, é preciso demonstrar que a repressão e o terror, a longo prazo, exacerbam a exclusão e fomentam práticas criminosas. A repressão é custosa e, muitas vezes, acaba sendo terceirizada para forças mercenárias ou, pior ainda, estrangeiras, o que, a longo prazo, coloca em risco a soberania nacional.

Abordar a segurança sem ilusões é fundamental para o desenvolvimento saudável de uma sociedade. O campo popular não pode ignorar esse desafio, nem minimizá-lo. Mas deve, sobretudo, convencer a população de que possui uma alternativa viável, que não implique nem a desarticulação do Estado nem a repressão letal e que, ao contrário, convide a classe trabalhadora a fazer parte de sua própria estratégia de segurança.

O debate está aberto. Gostaríamos de conhecer suas opiniões.

Atenciosamente,

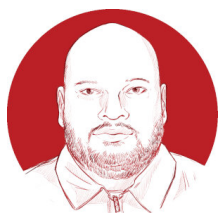
Carmen Navas Reyes e Carlos Ron

Tricontinental Nuestra América



Carmen Navas Reyes

Carmen Navas Reyes é pesquisadora do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. É feminista venezuelana e ex-diplomata. Suas áreas de pesquisa incluem democracia e sistemas políticos, movimentos sociais, história da diáspora africana e afrodescendência.



Carlos Ron

Carlos Ron é co-coordenador do escritório de Nuestra América no Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. É ex-diplomata venezuelano e atuou como vice-ministro para a América do Norte (2018–2025) e presidente do Instituto Simón Bolívar para a Paz e a Solidariedade entre os Povos (2020–2025).

